

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

31 de agosto de 2021



Mais de 580 mil mortes por Covid e a variante Delta é uma preocupação. O País segue em crise e ladeira abaixo. O custo de vida cada vez mais alto, chegando a aumentos de até 30% na cesta básica. Mas o Ministro da Economia não vê problemas de a energia ficar “um pouco mais cara”. O Presidente questiona aqueles que preferem comprar feijão a comprar um fuzil.

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara comemorou seus 20 anos com uma Comissão Geral Virtual sobre o “O papel e a contribuição de Comissão de Legislação Participativa”. Como não podia deixar de ser, estavam presentes representantes de diferentes organizações sociais, incluindo o Cfemea.

Guacira Cesar de Oliveira, sócia-fundadora e integrante da nossa organização, em sua fala destacou a importância da criação da Comissão e a participação dos movimentos de mulheres e feministas nessa construção. E alertou para o desafio da comissão: alargar os espaços democráticos e os mecanismos da democracia direta, em especial nesse momento que o Brasil vive. Nesse contexto, a Comissão é fundamental para resistirmos ao desmonte sem trégua de direitos, políticas públicas e de espaços de diálogos que vivemos. Assista [aqui](#) a íntegra da Comissão Geral.

Desde a semana passada, mais de 6 mil indígenas, de 173 povos, estão em Brasília, no Acampamento Luta pela Vida, se manifestando contra o [PL 490/2007](#) e acompanhando o julgamento sobre o Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal, que definirá o futuro das demarcações de terras indígenas no Brasil. Sua aprovação seria um grande retrocesso, atingindo não só terras que aguardam demarcação, mas também as que já estão demarcadas. As mulheres indígenas organizaram uma série de atividades e uma manifestação está prevista para a semana que vem.

No dia 24 de agosto, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou a [Resolução nº 45, de 10 de dezembro de 2020](#), que trata sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre direitos humanos e enfrentamento da violência política na internet

Já no dia 26 de agosto, o Cfemea lançou a publicação [Mulheres e Resistência no Congresso Nacional - Balanço 1º semestre de 2021](#), com o objetivo de compartilhar os resultados do monitoramento de projetos de lei que tenham como foco principal os direitos das mulheres e que foram apresentados ou tramitados entre os meses de janeiro a julho deste ano, noticiados no Radar Feminista no Congresso Nacional.

## EM PAUTA NA SEMANA DE 30 DE AGOSTO A 3 DE SETEMBRO

Entre as matérias previstas para serem debatidas no **Plenário da Câmara**, o PL 2058/2021, de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI/TO), que disciplina as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes. O [parecer](#) da relatora, deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF) é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL e do Substitutivo aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Na pauta também a 2ª fase da Reforma Tributária, PL 2337/2021, de autoria do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O relator, deputado Celso Sabino (PSDB/PA) deu [parecer](#) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL e, no mérito, pela sua aprovação nos termos do Substitutivo.

Já no **Plenário do Senado** está prevista a votação da [MP 1045/2021](#) que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho. A medida fragiliza ainda mais os já combalidos direitos trabalhistas, permitindo

por exemplo, modelos de contratações sem direito a férias e 13º salário. Segundo [texto](#) publicado pela Central Única dos Trabalhadores, são 15 os direitos ameaçados pela MP. A matéria aguarda designação de relator. Caso não seja votada até o dia 7 de setembro a MP perde eficácia.

## RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 23 A 27 DE AGOSTO

### CÂMARA

O **Plenário** aprovou, em regime de urgência, o [PL 4968/2019](#), de autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE) e outros, que institui o “Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio”. A matéria agora será debatida no Senado.

A **Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC)** aprovou o [parecer](#) favorável ao [PLP 367/2017](#) (PLS 209/2008) que altera a Lei de Inelegibilidade para quem for condenado por prostituição ou exploração sexual de crianças e adolescentes. O projeto de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS/DF) torna inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para esse tipo de crime. O projeto vai ao Plenário.

A **Comissão do Esporte (CESPO)** aprovou o [parecer](#) pela aprovação do [PL 3856/2019](#), de autoria do deputado Aliel Machado (PSB/PR), que estabelece presença mínima de 30% (trinta por cento) de mulheres nos cargos de direção nas entidades desportivas beneficiadas por incentivos. Seria uma forma de estimular a participação das mulheres na prática esportiva. A matéria vai à CCJC.

A **Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)** aprovou o [parecer](#) favorável ao [PL 3333/2020](#), de autoria do deputado Ricardo Barros (PP/PR), que altera a Lei Maria da Penha, para assegurar o sigilo de dados nos boletins de ocorrência e ações judiciais, para evitar o acesso do agressor aos autos relativos à acusação

(a matéria vai à CMULHER). Aprovou também o [parecer](#) com substitutivo do [PL 149/2003](#), de autoria do deputado Alberto Fraga (PMDB/DF), que altera o Código Penal, tipificando o crime de terrorismo (a matéria vai à CREDN e CCJC).

A Comissão aprovou também o [parecer](#) pela rejeição do [PL 100/2021](#), de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que “cria a semana nacional de combate a importunação sexual”. A matéria será agora discutida na CCJC. No seu parecer o relator, deputado Paulo Ganine (Novo/RJ), questiona a eficácia desse tipo de medida e a proliferação de “semanas” de tudo que é tipo.

## SENADO

O **Plenário** aprovou a recondução de Augusto Aras, por mais dois anos, ao cargo de Procurador Geral da República. Foram 55 votos a favor, 10 contrários e 1 abstenção. A votação foi secreta.

A **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)** aprovou o [REQ 2/2021](#), de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), para a realização de Audiência Pública sobre Femicídio. Aprovou também a [SUG 43/2019](#), do Programa e-Cidadania, que assegura a distribuição gratuita de absorventes para mulheres de rua ou com baixa renda. Com a aprovação do [relatório](#) da senadora Zenaide Maia, este passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei.

E por fim, aprovou o [relatório](#) favorável ao [PL 116/2020](#), de autoria da senadora Leila Barros (PSB/DF) que altera a Lei Maria da Penha, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher (a matéria vai à CCJ). E o [PL 3145/2019](#), de autoria da senadora Juíza Selma (PSL/MT), que estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, farmácias, hotéis, motéis, casas noturnas e similares anexar aviso, em local visível e de forma destacada, sobre os crimes praticados contra a dignidade sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade momentânea. Matéria vai à CAS.

A **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)**, aprovou o [parecer](#) pela aprovação do [PL 5582/2019](#), de autoria do senador Confúcio Moura, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

para permitir que o trabalhador falte ao serviço, uma vez a cada seis meses, no período necessário para comparecer a reunião escolar de seu filho ou de menor sob sua responsabilidade legal.

## **NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS**

### **Mais uma proposta para enfrentar a pobreza menstrual**

[PL 2946/2021](#) (Aline Gurgel - REPUBLIC/AP), dispõe sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de absorventes e tampões higiênicos.

### **Direito a retirada de dispositivo contraceptivo que tem contraindicações**

[PL 2978/2021](#) (Celina Leão - PP/DF), dispõe sobre o atendimento das mulheres que utilizaram implantes do sistema “Essure” no âmbito do Sistema Único de Saúde, para acompanhamento médico e possível retirada do dispositivo contraceptivo.

### **E seguem as propostas sugerindo aumento e novas penas**

[PL 2958/2021](#) (Zé Vitor - PL/MG), implementa medidas para conferir maior efetividade às penas dos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher. E [PL 2952/2021](#) (Renata Abreu - PODE/SP), tipifica a conduta de quem presencia violência doméstica e familiar contra a mulher e deixa de comunicar o fato às autoridades policiais.

### **Pelo direito de cuidarmos das crianças, pelo menos até os seis anos**

[PL 2959/2021](#) (Francisco Jr. - PSD/GO), altera a Consolidação das Leis do Trabalho a fim de ampliar para três dias por ano, o direito do empregado, de deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica. Atualmente esse direito é assegurado para apenas um dia por ano.

[PL 2956/2021](#) (Edna Henrique - PSDB/PB), institui, em âmbito nacional, a “Hora do colinho” que consiste no acolhimento humanitário e afetivo de bebês recém-nascidos órfãos ou os que por algum motivo têm ficado privados da presença materna durante a hospitalização.

### E das crianças órfãs da Covid? Quem cuida?

[PL 2932/2021](#) (Maria do Rosário - PT/RS), institui pensão especial destinada as crianças e adolescentes órfãos em virtude da pandemia de Covid-19.

## VALE A PENA CONFERIR

Luta pela Vida: acompanhe a mobilização indígena pela [Mídia Índia](#).

Cabeças do Congresso: O DIAP lançou o [relatório](#) “Cabeças do Congresso Nacional 2021”, publicação que destaca as/os parlamentares mais influentes do Congresso.

Prêmio Congresso em Foco: [confira a lista de parlamentares selecionadas para concorrer à premiação, a votação acontece de 1º a 30 de setembro e as vencedoras e vencedores serão conhecidos no dia 21 de outubro.](#)



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).